

**JUSTIFICATIVA**  
**PL 0651/2013**

No ano 2000, um grupo de laureados com o Prêmio Nobel da Paz, por ocasião do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, lançou o Manifesto 2000 da UNESCO - "Por uma Cultura de Paz e Não-Violência". Este manifesto declara que a cultura de paz deve ser construída respeitando a vida, rejeitando a violência em todas as suas formas, cultivando a generosidade, defendendo a liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando o diálogo e rejeitando o ódio, o fanatismo e a violência, preservando o planeta, promovendo o consumo responsável e buscando o equilíbrio dos recursos naturais; redescobrimo a solidariedade e contribuindo para o desenvolvimento da comunidade, com a participação das mulheres é com o respeito aos princípios democráticos. Este manifesto tem se constituído como um pilar para o desenvolvimento da cultura da paz no mundo.

Passados mais de 10 anos, o manifesto continua atual, assim como a Carta da Terra, elaborada no mesmo período. No âmbito internacional, a ameaça de ataques militares à Síria, à Coreia do Norte e ao Irã demonstram como a violência ainda desponta como forma de resolução de conflitos. A defesa da cultura de paz, contudo, vai além do posicionamento contra à guerra e à violência. Significa, também, construir uma forma alternativa de resolução de conflitos que supere a atual cultura da violência. Dessa forma, há que se pacificar as mentes e promover políticas públicas para impulsionar a criação de uma cultura da paz.

Em São Paulo, em resposta a escalada recente da violência, multiplicam-se movimentos sociais, culturais, políticos, religiosos e espirituais pela cultura de paz, que realizam múltiplas ações impulsionados por ONGs, fóruns, redes e conselhos: desde as conversas de rua com a população, até debates com professores, técnicos do governo, educação de policiais, ações no trânsito e movimentos simbólicos, como foi o caso da criação da Praça da Paz, ao lado do antigo DOPS, resignificando um antigo centro de repressão da ditadura militar. É importante destacar, ainda nesse sentido, a criação do Conselho Parlamentar da Cultura da Paz da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 2002, que reúne 36 representantes de organizações e movimentos sociais e 12 parlamentares com o objetivo de sensibilizar, mobilizar e articular todos os segmentos da sociedade no engajamento da Cultura da Paz.

A Paz é vital para o sucesso de políticas voltadas para a inclusão social e o combate à violência. E mais que um não à guerra; não se trata de um gesto passivo, que nega o conflito e propõe imaginários homogêneos. A construção da Cultura da Paz significa convívio entre diferentes pessoas, culturas, crenças, raças, gêneros etc, mobilização e criação de metodologias que resolvam conflitos, não pela via mais fácil, a da violência, mas pela implementação de ações que cultivem a não violência no cotidiano de nossas cidades.

São Paulo, que continua sendo palco de muita violência e que, em resposta a essa prática, também é berço dos mais diversos movimentos, como o que luta contra o genocídio da juventude negra, precisa, mais do que nunca, de um Conselho Municipal da Cultura da Paz. Como diz o grande líder pacifista Mahatma Gandhi, " Não há caminho para a Paz, a paz é o caminho".